

COORDENADORES

GUSTAVO TEPEDINO

ANA CAROLINA BROCHADO TEIXEIRA

VITOR ALMEIDA

DA DOGMÁTICA À EFETIVIDADE DO DIREITO CIVIL

ANAIS DO CONGRESSO INTERNACIONAL
DE DIREITO CIVIL CONSTITUCIONAL –
IV CONGRESSO DO IBDCIVIL

2ª edição revista, ampliada e atualizada

Belo Horizonte

 **FÓRUM**

2019

© 2017 Editora Fórum Ltda.
2019 2ª edição

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico,
inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virginia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármem Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabrizio Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra



Luis Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo

Av. Afonso Pena, 2770 – 15º andar – Savassi – CEP 30130-012
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

D654 Da dogmática à efetividade do Direito Civil: Anais do Congresso Internacional de Direito Civil Constitucional – IV Congresso do IBDCivil / Gustavo Tepedino, Ana Carolina Brochado Teixeira, Vitor Almeida (Coord.). - 2. ed. - Belo Horizonte : Fórum, 2019.

815p.; 17cm x 24cm
ISBN: 978-85-450-0545-2

1. Direito Civil. I. Tepedino, Gustavo. II. Teixeira, Ana Carolina Brochado. III. Almeida, Vitor. IV. Título.

CDD 342.1
CDU 347

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

TEPEDINO, Gustavo; TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado; ALMEIDA, Vitor (Coord.). *Da dogmática à efetividade do Direito Civil: Anais do Congresso Internacional de Direito Civil Constitucional – IV Congresso do IBDCivil*. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2019. 815p. ISBN 978-85-450-0545-2

1131122

SUMÁRIO

PREFÁCIO À SEGUNDA EDIÇÃO	23
---------------------------------	----

PREFÁCIO À PRIMEIRA EDIÇÃO	25
----------------------------------	----

PARTE I

CAPÍTULO 1

A RAZOABILIDADE NA EXPERIÊNCIA BRASILEIRA

GUSTAVO TEPEDINO	29
1.1 Técnicas de interpretação e princípio da segurança jurídica.....	29
1.2 O panorama jurisprudencial: hesitações e dificuldades conceituais.....	31
1.3 Razoabilidade e proporcionalidade: o proporcional é razoável?	34
1.4 Razoabilidade como método necessário e permanente: a identificação de critérios substanciais em julgados do Superior Tribunal de Justiça	36
1.5 Perigos do formalismo e do subjetivismo na legalidade constitucional.....	39

CAPÍTULO 2

A TUTELA DAS VULNERABILIDADES NA LEGALIDADE CONSTITUCIONAL

HELOISA HELENA BARBOZA, VITOR ALMEIDA	41
Notas introdutórias	41
2.1 Vulnerabilidade: noção jurídica.....	42
2.2 A necessária preservação da autonomia dos vulneráveis.....	49
2.3 Instrumentos de tutela das vulnerabilidades: o exemplo dos mecanismos de apoio ao exercício da capacidade da pessoa com deficiência.....	51
Considerações finais.....	54

CAPÍTULO 3

VULNERABILIDADE EXISTENCIAL NA INTERNET

DEBORAH PEREIRA PINTO DOS SANTOS	57
3.1 Introdução: proteção da pessoa humana na era virtual.....	57
3.2 Preeminência das situações existenciais sobre as situações patrimoniais.....	59

3.3	Vulnerabilidade existencial na internet e tutela prioritária de crianças e adolescentes	64
3.4	Conclusão: primeiros apontamentos para a proteção de crianças e adolescentes em situações jurídicas existenciais na internet	69

CAPÍTULO 4

O DIREITO AO ESQUECIMENTO DA PESSOA TRANSEXUAL

THAMIS DALSENTER VIVEIROS DE CASTRO, VITOR ALMEIDA	73
Notas introdutórias	73
4.1 A expansão da privacidade: a autodeterminação informativa e o direito ao esquecimento (ou ao controle de informações pessoais pretéritas).....	76
4.2 Autonomia corporal e pessoa transexual	79
4.3 Identidade pessoal e direito à alteração do nome e do sexo	86
4.4 O direito ao casamento de pessoas transexuais.....	95
4.4.1 O erro essencial sobre a pessoa do cônjuge e a validade do casamento	97
Notas conclusivas.....	102

CAPÍTULO 5

SITUAÇÕES JURÍDICAS PATRIMONIAIS: FUNCIONALIZAÇÃO OU COMUNITARISMO?

DANIEL BUCAR	105
5.1 Introdução	105
5.2 Liberalismo x comunitarismo: a dicotomia histórica.....	105
5.3 A leitura liberal da função social das situações patrimoniais.....	109
5.3.1 Uma nota sobre a doutrina administrativista: o interesse público.....	112
5.4 Concepções não liberais da função social das situações patrimoniais	114
5.5 Conclusão: a função social é expressão do comunitarismo contemporâneo?.....	115

CAPÍTULO 6

CONSTRUINDO UM DEVER DE RENEGOCIAR NO DIREITO BRASILEIRO

ANDERSON SCHREIBER	117
6.1 A economia do desequilíbrio.....	117
6.2 Comportamento dos contratantes diante do desequilíbrio e o silêncio do legislador brasileiro	120
6.3 Dimensão comportamental do desequilíbrio contratual na experiência jurídica estrangeira e internacional	125
6.4 Construção de um dever de renegociar no direito brasileiro	132
Conclusão	139

CAPÍTULO 7**A CLÁUSULA RESOLUTIVA EXPRESSA E O CONTRATO INCOMPLETO COMO INSTRUMENTOS DE GESTÃO DE RISCO NOS CONTRATOS**

ALINE DE MIRANDA VALVERDE TERRA, PAULA GRECO BANDEIRA	143
Introdução: o contrato como mecanismo de gestão de riscos	143
7.1 Os modos de alocação de riscos nos contratos: gestão positiva e negativa	146
7.2 A cláusula resolutiva expressa como instrumento de gestão positiva dos riscos.....	147
7.3 O contrato incompleto como instrumento de gestão negativa dos riscos	152
Conclusão.....	154

CAPÍTULO 8**A RELATIVIZAÇÃO DO DUPLO LIMITE E DA SUBSIDIARIEDADE NAS AÇÕES POR ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA**

CARLOS NELSON KONDER, PATRICK SAAR	157
8.1 Introdução.....	157
8.2 A doutrina clássica do enriquecimento sem causa e os novos desafios do lucro da intervenção.....	158
8.3 Dificuldades da teoria do duplo limite.....	160
8.4 A questão da subsidiariedade.....	163
8.5 Conclusão.....	166

CAPÍTULO 9**QUAIS OS IMPACTOS DA BOA-FÉ OBJETIVA NO DIREITO SOCIETÁRIO?**

MARCOS EHRHARDT JR.	167
Introdução	167
9.1 Funções da boa-fé objetiva em nosso sistema	168
9.2 O necessário diálogo com práticas de governança corporativa para ampliação da aplicação dos deveres decorrentes da boa-fé objetiva	170
9.3 Necessidade de ressignificação do ordenamento jurídico na perspectiva do dever geral de boa-fé objetiva	173
Notas conclusivas.....	175

CAPÍTULO 10**PACTO MARCIANO: TRAJETÓRIA, CONSTITUIÇÃO E EFEITOS**

CARLOS EDISON DO RÊGO MONTEIRO FILHO	177
10.1 Introdução.....	177
10.2 O pacto marciano: trajetória e mecanismos de atuação	179
10.2.1 Estrutura do pacto marciano: conceito e elementos constitutivos.....	184

10.2.1.1	Aquisição da propriedade plena da coisa objeto da garantia pelo credor.....	188
10.2.1.2	Aferição do justo valor da coisa objeto da garantia	189
10.2.1.2.1	Aspecto procedimental	191
10.2.1.2.2	Aspecto temporâneo	194
10.3	À guisa de conclusão. Os efeitos da cláusula marciana: restituição do <i>superfluum</i> ao devedor, abatimento do valor da coisa dada em garantia da dívida remanescente, perdão legal e extinção da obrigação	196

CAPÍTULO 11

A TUTELA POSSESSÓRIA COMO INSTRUMENTO DE PACIFICAÇÃO SOCIAL: AINDA SOBRE O FUNDAMENTO DOS INTERDITOS POSSESSÓRIOS

ROBERTA MAURO MEDINA MAIA		199
11.1	Introdução.....	199
11.2	Uma premissa importante: a análise das teorias subjetiva e objetiva.....	200
11.3	A tutela possessória e o seu viés civilizatório: notas sobre as opções do legislador brasileiro a respeito do tema	205
11.4	CrITÉRIOS processuais para a concessão de tutela possessória e a ocupação de áreas públicas ou privadas para fins de protesto	213
11.5	Conclusão	217

CAPÍTULO 12

OS ALIMENTOS ENTRE DOGMÁTICA E EFETIVIDADE

ANA CARLA HARMATIUK MATOS,		
ANA CAROLINA BROCHADO TEIXEIRA		219
	Introdução	219
12.1	Princípio da solidariedade familiar	219
12.2	Os critérios para o estabelecimento do binômio alimentar e os parâmetros jurisprudenciais	221
12.3	Alimentos a ex-cônjuges ou ex-companheiros	224
12.4	Possibilidades prospectivas de maior efetividade dos alimentos.....	230
	Conclusão.....	233

CAPÍTULO 13

MULTIPARENTALIDADE A PARTIR DA TESE APROVADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PABLO MALHEIROS DA CUNHA FROTA, RICARDO CALDERÓN		235
	Introdução.....	235
13.1	Entendimento do STF acolhendo a multiparentalidade no direito brasileiro	239

13.2	A tese aprovada em repercussão geral	241
13.3	Principais reflexos da decisão do STF	241
13.3.1	O reconhecimento jurídico da afetividade	241
13.3.2	Vínculo socioafetivo e biológico em igual grau de hierarquia jurídica	242
13.3.3	Possibilidade jurídica da multiparentalidade	243
13.3.4	Princípio da parentalidade responsável.....	244
13.4	Efeitos a partir da tese fixada	245
13.5	Avanço e cautela	245

CAPÍTULO 14

COMO PRESERVAR A ISONOMIA DAS ENTIDADES FAMILIARES NA SUCESSÃO LEGAL?

ANA LUIZA MAIA NEVARES		249
14.1	Atualidade da questão proposta	249
14.2	Os direitos sucessórios do cônjuge e do companheiro	250
14.3	A centralidade do cônjuge na ordem de vocação hereditária. Interpretações em desfavor do cônjuge sobrevivente	252
14.4	A legítima: ponderações	256
14.5	Legislação de <i>lege lata</i> : imperiosa equiparação de direitos sucessórios em virtude do fundamento da sucessão hereditária	259
14.6	Conclusão	262

CAPÍTULO 15

A RELEVÂNCIA DO PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO NO ATUAL ORDENAMENTO BRASILEIRO

DANIELE CHAVES TEIXEIRA		265
15.1	Notas introdutórias	265
15.2	Importâncias do direito sucessório no mundo contemporâneo.....	266
15.3	Desconstrução dos pilares do direito das sucessões: família e propriedade	268
15.4	Planejamento sucessório: à rigidez do direito das sucessões no Brasil.....	271

CAPÍTULO 16

O DEVER DE REVELAÇÃO E OS *STANDARDS* DE INDEPENDÊNCIA E IMPARCIALIDADE DO ÁRBITRO À LUZ DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

PAULO NALIN, MARCOS ALBERTO ROCHA GONÇALVES		273
16.1	Notas introdutórias: a arbitragem e os desafios dos novos tempos.....	273
16.2	A imparcialidade como fundamento da jurisdição e os critérios de definição do impedimento do juiz e do árbitro	275

16.3	Uma hipótese de aplicação concreta	281
16.4	Notas conclusivas.....	284

CAPÍTULO 17

OS DESAFIOS DO ENSINO DEMOCRÁTICO E INCLUSIVO DO DIREITO CIVIL

PAULA MOURA FRANCESCONI DE LEMOS PEREIRA, VITOR ALMEIDA		287
	Notas introdutórias	287
17.1	As mutações da hermenêutica jurídica e sua influência no ensino jurídico	288
17.2	A importância da funcionalização e humanização do ensino do direito civil	290
17.3	Os desafios do ensino jurídico universitário	292
17.4	Teoria e prática na formação universitária	294
17.4.1	O exemplo dos núcleos de prática jurídica e das clínicas de direitos fundamentais.....	296
17.5	Do direito civil do homem médio ao direito civil da pessoa humana: novas pautas	297
	Considerações finais: ensinar para emancipar.....	299

PARTE II

Concurso de Trabalhos Acadêmicos em homenagem ao Centenário do Código Civil de 1916 – I Prêmio Clóvis Beviláqua. Categoria Profissional

CAPÍTULO 1

DOGMÁTICA E EFETIVIDADE: O PAPEL DA CIVILÍSTICA NO DESBRAVAMENTO DE ESPAÇOS DE LIBERDADES

ANDRÉ LUIZ ARNT RAMOS		303
	Introdução	303
1.1	O problema em contexto: ângulos e parâmetros da ascendência do Estado Constitucional. A renovação da dogmática e sua necessária efetividade	304
1.2	Direito civil, Constituição e os desafios da civilística brasileira contemporânea.....	308
1.3	Efetividade: o papel da literatura na abertura e preservação de espaços de liberdades	312
	Conclusão	317

CAPÍTULO 2

A BOA-FÉ OBJETIVA NAS RELAÇÕES REAIS: TUTELA DA CONFIANÇA
NA RELAÇÃO REAL COMO PROCESSO

DIANA PAIVA DE CASTRO, FRANCISCO DE ASSIS VIÉGAS	319
Introdução	319
2.1 Reexame das fronteiras entre relação jurídica real e relação jurídica obrigacional no trajeto rumo ao direito comum das situações patrimoniais.....	320
2.2 Delimitação do espaço de incidência da boa-fé objetiva em relação à função social	325
2.3 A interpretação da boa-fé nas relações reais em função aplicativa	328
2.3.1 A incidência da boa-fé objetiva nas relações condominiais e a figura parcelar da <i>suppressio</i>	329
2.3.2 A incidência da boa-fé objetiva para a solução de conflitos entre centros de interesse contrapostos nos direitos reais sobre coisa alheia: usufruto, servidão, superfície, hipoteca e penhor.....	334
2.4 Síntese conclusiva	337

CAPÍTULO 3

DIÁLOGOS ENTRE A CONSTITUIÇÃO E O DIREITO PRIVADO:
O FENÔMENO DA DESCODIFICAÇÃO E O NOVO DIREITO PRIVADO
SOLIDÁRIO

LAÍS GOMES BERGSTEIN	339
3.1 Introdução	339
3.2 O fenômeno da decodificação: as eras da “ordem e da desordem”	340
3.3 A triplice dimensão da Constituição brasileira	342
3.4 O novo “direito privado solidário”	344
3.5 <i>Case law</i> : influências recíprocas na prática forense	346
3.6 Considerações finais.....	349

CAPÍTULO 4

PROPOSTA DE RELEITURA DA DESCONSIDERAÇÃO INVERSA DA
PERSONALIDADE JURÍDICA À LUZ DOS INTERESSES EXISTENCIAIS
DECORRENTES DA OBRIGAÇÃO ALIMENTAR

MAICI BARBOZA DOS SANTOS COLOMBO	351
4.1 Introdução	351
4.2 A releitura da obrigação alimentar segundo os princípios insculpidos na Constituição da República de 1988.....	352

4.3	A desconsideração da personalidade jurídica inversa como instrumento de efetivação da prestação alimentar.....	355
4.4	Desconsideração para fins de imputação e para fins de responsabilidade	358
4.5	Pressupostos de aplicabilidade e a jurisprudência.....	359
	Conclusão.....	364

CAPÍTULO 5

POR UMA RELEITURA FUNCIONAL DO (IN)ADIMPLEMENTO CONTRATUAL: REPERCUSSÕES DOS DEVERES DECORRENTES DA BOA-FÉ OBJETIVA

RODRIGO DA GUIA SILVA		367
5.1	Introdução	367
5.2	A cláusula geral de boa-fé objetiva como fundamento de deveres laterais de conduta	369
5.3	Delineamento da doutrina da violação positiva do contrato no direito brasileiro.....	376
5.4	Enquadramento dogmático dos deveres decorrentes da boa-fé objetiva na disciplina do inadimplemento contratual	380
5.5	Síntese conclusiva	385

CAPÍTULO 6

A PROBLEMÁTICA DA APLICAÇÃO DA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO AOS CONTRATOS DO SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO: UMA ANÁLISE A PARTIR DO RECURSO ESPECIAL Nº 1.163.283/RS

ANDRESSA JARLETTI GONÇALVES DE OLIVEIRA	387
Introdução	387
6.1 O Recurso Especial nº 1.163.283/RS	388
6.1.1 Peculiaridades do caso concreto.....	391
6.1.2 Principais fundamentos do acórdão do REsp nº 1.163.283/RS	392
6.2 Regime jurídico do Sistema Financeiro da Habitação	395
6.2.1 O surgimento do Sistema Financeiro da Habitação	395
6.2.2 O desequilíbrio nos financiamentos imobiliários do SFH	396
6.3 Inconsistências da aplicação da análise econômica do direito nos contratos do Sistema Financeiro da Habitação.....	397
6.3.1 Teste de compatibilidade constitucional	398
6.3.2 A metodologia do direito civil constitucional.....	400
6.3.3 A inconsistência sistêmica com o Recurso Especial Repetitivo nº 1.070.297/PR e a redução da função social do contrato aos interesses do mercado.....	402
Considerações finais.....	406

CAPÍTULO 7**CONSIDERAÇÕES SOBRE A PROTEÇÃO DO DIREITO À IMAGEM NA INTERNET**

CHIARA ANTONIA SPADACCINI DE TEFFÉ.....	409
Introdução.....	409
7.1 O direito à imagem na legalidade constitucional.....	410
7.1.1 O consentimento para o uso da imagem.....	415
7.1.2 Exceções para a utilização da imagem independentemente da autorização de seu titular.....	417
7.2 A compensação pelo dano à imagem	421
7.3 A proteção do Marco Civil da Internet para as imagens contendo cenas de nudez ou de atos sexuais de caráter privado	424
Considerações finais.....	428

CAPÍTULO 8**COMENTÁRIOS AO ACÓRDÃO PROFERIDO NO RESP Nº 1.315.668: O RECONHECIMENTO DA VALIDADE DO AUMENTO DE PLANO DE SAÚDE EM RAZÃO DA IDADE FRENTE AO PRINCÍPIO DA FUNÇÃO SOCIAL DOS CONTRATOS**

MARIANA BARSAGLIA PIMENTEL	431
8.1 Introdução.....	431
8.2 Breve incursão na matéria fática e nos fundamentos jurídicos do caso julgado pelo Superior Tribunal de Justiça.....	432
8.3 O entendimento adotado pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do Recurso Especial nº 1.315.668	433
8.4 Análise do julgado do Superior Tribunal de Justiça sob o prisma do princípio da função social dos contratos.....	435
8.5 A prevalência da proteção do indivíduo concreto na relação contratual em detrimento do ideal de “bem comum”	438
8.6 Conclusão.....	440

CAPÍTULO 9**CONTRATOS IMOBILIÁRIOS E A (I)LEGALIDADE DA CLÁUSULA DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE ENTREGA DO IMÓVEL**

GABRIEL HONORATO DE CARVALHO	443
Notas introdutórias	443
9.1 Negócios jurídicos: definição e elementos estruturais.....	444
9.2 A constitucionalização do direito privado: eficácia horizontal dos direitos fundamentais e a função social dos contratos	445

9.3	A cláusula de carência – prorrogação do prazo de entrega do imóvel – à luz do ordenamento jurídico brasileiro.....	449
	Considerações finais.....	454

CAPÍTULO 10

A TUTELA DA PRIVACIDADE: DESDOBRAMENTOS DA PROTEÇÃO INTERNACIONAL DE DADOS PESSOAIS

	JOANA DE MORAES SOUZA MACHADO, AURICELIA DO NASCIMENTO MELO	457
	Introdução.....	457
10.1	Considerações acerca dos dados pessoais	459
10.2	A proteção de dados pessoais na União Europeia.....	463
10.2.1	Desenvolvimento do modelo europeu	465
10.2.2	Os principais aspectos da Directiva nº 95/46/CE	468
10.3	O modelo italiano de proteção de dados pessoais	471
	Conclusão.....	475

CAPÍTULO 11

GUARDA COMPARTILHADA: UMA REFLEXÃO DA LEI Nº 13.058/2014 A PARTIR DA INTERLOCUÇÃO ENTRE O DIREITO E A PSICOLOGIA

	ARLENE MARA DE SOUSA DIAS, MAURICIO RODRIGUES DE SOUZA	477
	Introdução.....	477
	Breves considerações acerca das transformações da família no Brasil	478
	O papel dos pais na formação psíquica da criança e os possíveis prejuízos de ordem emocional para os filhos.....	480
	Guarda de filhos na legislação brasileira	482
	Análise da Lei nº 13.058/2014: uma necessária interlocução entre o direito e a psicologia.....	484
	Considerações finais.....	494

CAPÍTULO 12

A CAPACIDADE CIVIL NO ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: A QUEBRA DA DOGMÁTICA E O DESAFIO DA EFETIVIDADE

	JACQUELINE LOPES PEREIRA, LIGIA ZIGGIOTTI DE OLIVEIRA	497
	Introdução.....	497
12.1	“Personalização” da pessoa com deficiência e o paradigma da capacidade legal ...	498
12.2	Primeiros sinais de interpretação dos tribunais sobre incapacidade em ação de interdição	502
12.2.1	Método de seleção de julgados e descrição fática e decisória.....	502

12.2.2	Análise crítica do conteúdo dos julgados	505
	Considerações finais	508

CAPÍTULO 13

A GUARDA COMPARTILHADA COMPULSÓRIA NOS CASOS DE LITÍGIO CONJUGAL: UMA ABORDAGEM SOBRE A APLICAÇÃO DA LEI Nº 13.058/2014 NO FÓRUM CÍVEL DE BELÉM

GRACE BAÊTA DE OLIVEIRA, JAMILLE SARATY MALVEIRA		511
13.1	Introdução	511
13.2	A regulamentação da guarda compartilhada: uma abordagem da Lei nº 13.058/2014	512
13.2.1	Nova lei: principais mudanças	513
13.2.2	Critérios norteadores para a aplicação da Lei nº 13.058/2014	516
13.3	A guarda compartilhada e o mito de que o cuidado materno ainda é o ideal.....	517
13.4	Análise da aplicação da Lei nº 13.058/2014 no Fórum Cível de Belém: melhor interesse da criança ou dos genitores?	517
13.4.1	Aspectos práticos identificados nas entrevistas com os magistrados e nas decisões de concessão da guarda compartilhada	518
13.4.2	Resultado das entrevistas x prática forense	520
13.5	Considerações finais	525

CAPÍTULO 14

TEMPOS DE CRISE: CONTROVÉRSIAS ENVOLVENDO A EXTINÇÃO DO COMPROMISSO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEIS

ALEXANDRE JUNQUEIRA GOMIDE	527
Introdução	527
14.1 Das formas de extinção do contrato e suas consequências	528
14.1.1 Resilição unilateral	529
14.1.2 Distrato	530
14.1.3 Resolução contratual	532
14.1.4 Rescisão	534
14.2 Da extinção dos compromissos de venda e compra de imóveis: controvérsias atuais e a jurisprudência.....	534
14.2.1 Da resilição unilateral do compromisso de venda e compra	534
14.2.2 Resolução dos compromissos de venda e compra	537
14.2.2.1 Resolução proposta pelo adquirente.....	537
14.2.2.2 Resolução contratual proposta pelo incorporador	539

14.2.3	Distrato dos instrumentos de venda e compra	540
14.3	Tentativas e propostas de resolução de conflitos decorrentes da extinção dos contratos de venda e compra.....	541
14.3.1	O Pacto para o Aperfeiçoamento das Relações Negociais entre Incorporadores e Consumidores	541
14.3.2	Projeto de Lei nº 1.220/2015.....	542
14.3.3	Projeto de Lei nº 774/2015.....	544
	Conclusão.....	545

CAPÍTULO 15

ENTRE O POSITIVISMO FORTE E O PRAGMATISMO: UM EXAME DA INTERPRETAÇÃO DADA PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA À CLÁUSULA GERAL DE RESPONSABILIDADE OBJETIVA NO ÚLTIMO TRIÊNIO

DANIEL SILVA FAMPA		547
15.1	Notas introdutórias	547
15.2	O estado atual da responsabilidade civil objetiva pelo risco no Brasil	548
15.3	A relevância da análise econômica para a estruturação de um modelo objetivo de imputação do dever de reparar	552
15.3.1	Os modelos de juiz na doutrina de Richard Posner	557
15.4	Principais pontos das decisões do STJ sobre a matéria no último triênio	558
15.5	Considerações finais.....	562

CAPÍTULO 16

DA DOGMÁTICA À EFETIVIDADE: REVISITANDO A TEORIA DA NULIDADE SOB VIÉS FINALISTA DE CONTROLE DE PROTEÇÃO

DANIELA CORRÊA JACQUES BRAUNER		565
	Introdução.....	565
16.1	A análise dogmática a respeito dos planos da existência, validade e eficácia	567
16.2	Crise do dogma da vontade e sua repercussão na teoria das nulidades: um novo olhar a partir da jurisprudência	573
	Considerações finais.....	578

CAPÍTULO 17

O DIREITO REAL DE HABITAÇÃO DO CÔNJUGE SUPÉRSTITE: UMA CRÍTICA PARA ADEQUAÇÃO DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

DÉBORA ELISA LIMA RIBEIRO		581
17.1	Introdução.....	581

17.2	O direito real de habitação	581
17.3	O direito real de habitação do cônjuge no direito brasileiro atual.....	583
17.4	O direito real de habitação do cônjuge supérstite no direito argentino	585
17.5	Análise comparada dos institutos de direitos reais de habitação brasileiro e argentino	588
17.6	Conclusão.....	589

CAPÍTULO 18

FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE E DIREITO DE SUPERFÍCIE NA SUA VINCULAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL NO BRASIL

HORÁCIO MONTESCHIO	591
18.1 Aspectos históricos.....	591
18.2 Componente teórico-filosófico da propriedade liberal	593
18.3 A propriedade no liberalismo no ponto de vista da sua positivação	594
18.3.1 A propriedade codificada	595
18.3.2 A propriedade na mutação do Estado Liberal para Social.....	596
18.3.3 A construção da propriedade social	596
18.4 Propriedade na Constituição de 1988	598
18.5 Função social da propriedade.....	600
18.6 Direito de superfície no Código Civil brasileiro	600
18.6.1 Desenvolvimento industrial e direito de superfície	602
18.6.2 Função social da propriedade, da empresa e do sistema financeiro	604
18.6.3 Concessão de crédito tendo como garantia o direito de superfície	605
Conclusão	607

CAPÍTULO 19

CONTRATOS RELACIONAIS, BOA-FÉ OBJETIVA E TUTELA DAS LEGÍTIMAS EXPECTATIVAS: CONSIDERAÇÕES ACERCA DO RECURSO ESPECIAL Nº 1.356.725

LARISSA DE LIMA VARGAS SOUZA	609
19.1 Introdução	609
19.2 O caso julgado pelo Recurso Especial nº 1.356.725-RS.....	610
19.3 A boa-fé objetiva e a proteção da confiança	611
19.4 Os contratos cativos de longa duração e o paradigma da essencialidade	615

19.5	Tutela das legítimas expectativas dos contratantes.....	617
19.6	Conclusão	619

CAPÍTULO 20

INFORMAÇÃO PESSOAL COMO MERCADORIA E O PAPEL DA FUNÇÃO SOCIAL DA EMPRESA: O CONFLITO ENTRE FILTROS DE CONTEÚDO E O DIREITO DE SER INFORMADO

BRUNO MARTINS MOUTINHO	621
Introdução	621
20.1 Direito à informação.....	623
20.1.1 Direito de informar.....	625
20.1.2 Direito de ser informado.....	628
20.2 Modelo de negócios da internet e os filtros de conteúdo	630
20.3 Eficácia horizontal dos direitos fundamentais.....	633
20.3.1 O papel da função social da empresa	634
Considerações finais	636

CAPÍTULO 21

REQUISITOS OBJETIVOS E SUBJETIVOS DOS *PUNITIVE DAMAGES*: CRITÉRIOS À APLICAÇÃO NO DIREITO BRASILEIRO

PASTORA DO SOCORRO TEIXEIRA LEAL, ALEXANDRE PEREIRA BONNA	639
21.1 Introdução e apresentação da temática	639
21.2 Desenvolvimento dos <i>punitive damages</i> na experiência jurídica dos EUA: requisitos objetivos e subjetivos	643
21.2.1 Bases do desenvolvimento dos <i>punitive damages</i> : o papel do júri e a regra do <i>stare decisis</i>	643
21.2.2 Requisitos objetivos e subjetivos dos <i>punitive damages</i> a partir do papel do júri e da doutrina.....	646
21.2.3 Requisitos objetivos e subjetivos dos <i>punitive damages</i> a partir da interpretação dos limites constitucionais e pressupostos dos <i>punitive damages</i> pela Suprema Corte americana	650
21.2.4 Resumo dos requisitos objetivos e subjetivos dos <i>punitive damages</i> : parâmetros orientadores.....	653
21.3 Aplicação dos <i>punitive damages</i> na prática jurídica brasileira	654
21.4 Considerações finais	655

PARTE III

Concurso de Trabalhos Acadêmicos em homenagem ao Centenário do
Código Civil de 1916 – I Prêmio Clóvis Beviláqua. Categoria Graduação

CAPÍTULO 1

A FUNÇÃO SOCIAL DOS DIREITOS AUTORAIS NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ALEXANDRE DE SERPA PINTO FAIRBANKS, LUISA LEMOS FERREIRA 659
Introdução: direitos fundamentais e relações privadas 659
1.1	Propriedade e função social 661
1.2	A função social dos direitos autorais..... 665
1.3	A função social dos direitos autorais na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça..... 667
1.3.1	Recurso Especial nº 964.404 – ES 667
1.3.2	Recurso Especial nº 1.371.835 – SP 670
1.3.3	Recurso Especial nº 1.320.007 – SE 670
1.3.4	Agravo em Recurso Especial nº 270.923 – SP 671
1.3.5	Recurso Especial nº 1.343.961 – RJ 672
1.3.6	Agravo em Recurso Especial nº 818.567 – SP 673
	Considerações finais..... 674

CAPÍTULO 2

CORPOS INOMINADOS NAS MARGENS DA REALIDADE: UM ESTUDO INTERDISCIPLINAR SOBRE O DIREITO AO NOME DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS

GUSTAVO BORGES MARIANO, JOÃO DA CRUZ GONÇALVES NETO 677
2.1	Transfobia..... 677
2.2	Caminhos percorridos 678
2.3	Identidades e o sistema heteronormativo 680
2.4	Direitos e a dignidade da pessoa humana de travestis e transexuais..... 687
2.5	Análise de jurisprudência 694
2.6	Considerações finais..... 697

CAPÍTULO 3

O DIÁLOGO ENTRE DOUTRINA E JURISPRUDÊNCIA: PAVIMENTANDO O CAMINHO DA EFETIVIDADE

VYNICIUS PEREIRA GUIMARÃES 699
3.1	Introdução: um caminho a ser pavimentado 699

3.2	Jurisprudência: para além do dizer a lei	702
3.3	Doutrina: para além das teclas do piano.....	706
3.4	Do viúvo ao solteiro: o caminho hermenêutico da tutela do bem de família pelo Superior Tribunal de Justiça.....	710
3.5	À guisa de conclusão	712

CAPÍTULO 4

VEDAÇÃO AO COMPORTAMENTO CONTRADITÓRIO, BOA-FÉ E EXTINÇÃO CONTRATUAL

GABRIELA HELENA MESQUITA DE OLIVEIRA CAMPOS,		
LORRANNE CARVALHO DA COSTA.....		715
	Introdução	715
4.1	Cláusulas gerais	717
4.2	Boa-fé	719
4.2.1	Boa-fé objetiva e suas funções	720
4.3	A vedação ao comportamento contraditório (<i>venire contra factum proprium</i>).....	722
4.4	Extinção dos contratos	724
4.5	A aplicação da vedação ao comportamento contraditório na extinção dos contratos: uma análise jurisprudencial.....	726
	Considerações finais.....	729

CAPÍTULO 5

ALIMENTOS COMPENSATÓRIOS NO DIREITO BRASILEIRO: O PROTAGONISMO DA DOUTRINA E JURISPRUDÊNCIA

JOYCEANE BEZERRA DE MENEZES,		
ABRAÃO BEZERRA DE ARAÚJO		731
	Introdução: a família democrática e o princípio da solidariedade	731
5.1	Relação conjugal e convivencial: comunhão plena de vida orientada pela solidariedade, boa-fé e simetria patrimonial.....	733
5.1.1	A deliberação da vida cotidiana e financeira entre os cônjuges ou companheiros.....	734
5.2	Alimentos compensatórios como uma solução possível – Construção doutrinária e jurisprudencial.....	737
5.2.1	Os alimentos compensatórios na legislação argentina e francesa	739
5.3	Alimentos compensatórios na jurisprudência brasileira.....	741
	Conclusão	744

CAPÍTULO 6**ANÁLISE DA INCIDÊNCIA E ALCANCE DA BOA-FÉ NOS CONTRATOS DE DIREITO AUTORAL E DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA**

CAMILA LIDIZZIA DE CARVALHO, MARIANNA MANCINI MALAFAIA	747
Introdução	747
6.1 Cláusulas gerais	748
6.2 Boa-fé	750
6.3 Boa-fé nos contratos de direitos autorais	753
6.4 Boa-fé nos contratos de promessa de compra e venda.....	756
Conclusão.....	760

CAPÍTULO 7**DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E SUA APLICAÇÃO PELO STJ E PELO TJ/RJ**

JOÃO MANOEL ANDRADE MACIEL DA SILVA CAMPOS GALDI	761
7.1 Introdução	761
7.2 Em busca de uma definição – Respaldo jusfilosófico	763
7.3 Decisões do TJ/RJ	766
7.3.1 Decisões quanto à temática	766
7.3.2 Decisões quanto ao desenvolvimento do princípio.....	769
7.4 Decisões do STJ	770
7.4.1 Temática no STJ	770
7.4.2 Desenvolvimento do princípio no STJ.....	773
7.5 Considerações finais.....	774

CAPÍTULO 8**O CONTRASSENSEIO CONSTITUCIONAL DA EFETIVIDADE DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE: A VEDAÇÃO DA USUCAPÇÃO DE BENS PÚBLICOS PERANTE A EVOLUÇÃO GRADATIVA DO DIREITO CONTEMPORÂNEO**

ROMILDO ROMPAVA	777
Introdução	777
8.1 Definição de usucapião, bens públicos e função social	778
8.2 A vedação legal: conflito entre princípios e realidade	781
8.3 Descaracterização de afronta constitucional.....	783
8.4 Uma nova visão doutrinária e jurisprudencial	783
Conclusão	789

CAPÍTULO 9

A FLEXIBILIZAÇÃO DO NEXO DE CAUSALIDADE: UMA ANÁLISE
DAS NOVAS TENDÊNCIAS NA RESPONSABILIDADE CIVIL
CONTEMPORÂNEA

BRUNA VILANOVA MACHADO, RENAN SOARES CORTAZIO	791
9.1 Introdução.....	791
9.2 A missão de harmonização social: a importância da responsabilidade no ordenamento jurídico.....	792
9.3 Os pilares da responsabilidade civil: o dano, a culpa e o nexo de causalidade.....	794
9.3.1 O terceiro elemento da responsabilidade civil: o nexo de causalidade.....	796
9.3.1.1 A função específica do nexo causal no âmbito da responsabilidade civil.....	798
9.4 Tendências recentes: o novo olhar sobre a responsabilidade civil em relação à constitucionalização do direito	799
9.5 Considerações finais	804
 SOBRE OS AUTORES.....	 807